

# No plenário, reunião dos que trabalham

**LEDA FLORA**

O deputado ou senador constituinte que trabalha de verdade está sempre no plenário, atento às sessões, discursando, apartando, votando. Por isso mesmo, sempre que o principal lugar do Legislativo apresenta-se vazio, as críticas surgem de todo lado, concorrendo para o desgaste do único poder representativo do povo nos dias de hoje e para a fama da preguiça e pouco caso dos seus integrantes.

Aparentemente, isso pode parecer uma verdade pouco passível de discussão, mas, se alguém se detiver no acompanhamento de um constituinte durante um dia inteiro, fatalmente descobrirá que ele tem várias outras obrigações, todas elas ligadas ao mandato recebido nas urnas, que muitas vezes impedem seu comparecimento ao plenário.

O deputado Jorge Hage (PMDB-BA) raciocina numa direção oposta ao preconceito que cerca a classe parlamentar, pois afirma que os que costumam passar todo o tempo no plenário, conversando sob o ar condicionado, dão um indicio muito claro da pouca disposição para o trabalho.

Hage dá seu próprio exemplo: num dia desta semana, procurou pela manhã o ministro Ronlaid Costa Couto, do Interior, para tentar resolver o problema de um município balano que está totalmente sem água, em estado de calamidade pública, exigindo uma pronta solução do governo. Ali cumpriu uma função de deputado. Depois, em seu gabinete, redigiu 14 emendas, que apresentou ao regimento da Assembléia, dentro do seu papel de constituinte. A tarde, teve um encontro com um grupo de deputados para a discussão de uma questão política, relativa à soberania dos trabalhos constituintes, e o tempo que sobrou foi aproveitado para assistir parcialmente a uma sessão.

Os constituintes apresentaram cerca de mil emendas ao regimento da Assembléia, um trabalho que não pode ser feito em plenário. Alguns redigiram isoladamente, mas outros reuniram suas bancadas para fixar uma posição partidária, a exemplo do PDT, totalizando 23 horas de reuniões consecutivas, durante as quais almoços e jantares foram substituídos por sanduíches.

Procurar ministros é outra função do deputado ou senador, que es-

tá sempre pressionado pelo eleitor para atuar como uma espécie de procurador dentro do Executivo. A gama de solicitações é imensa e variada, englobando a instalação de postos de atendimento médico, agências bancárias oficiais, estímulos às produções agrícolas, dentre outras. O eleitor também quer que o deputado ou senador vá à Cacex, por exemplo, saber de importações ou exportações, ou ainda ao Ministério do Trabalho para descobrir se a nova lei de greve sai ou não. Para quem vive de votos alheios, a satisfação a esses pedidos é quase uma ordem.

Outra coisa que pega qualquer político são os telefonemas. Se ficar em seu gabinete, fatalmente receberá várias ligações, que tomam tempo. Ninguém consegue fugir disso. E às vezes o eleitor aparece ao vivo pedindo tudo, como acontece nos gabinetes dos políticos eleitos pelo Distrito Federal.

As articulações políticas também ocupam muito. São as conversas nos gabinetes, nas lideranças partidárias, com grupos identificados ideologicamente e com os grupos de posições contrárias, quando as negociações estão em jogo. Ou então as reuniões de bancadas partidárias. É da essência do trabalho parlamentar. E um trabalho que muitas vezes acaba desaguando numa aspiração popular, como volta da eleição direta para presidente da República.

Neste momento inicial da Assembléia Nacional Constituinte o trabalho plenário não tem maior relevo. O regimento definitivo não está pronto, o que impede a feitura da nova Carta, e existe apenas o chamado "pinga-fogo", cinco minutos para cada orador, sem direito a apertes. Assim, apenas quando a Assembléia estiver efetivamente cumprindo a missão para a qual foi convocada, o plenário será palco de decisões que afetarão a vida do País inteiro.

Mas se de um lado a presença em plenário não pode ser indicio de disposição para o trabalho, de outro constitui apenas uma faceta do vício de ausência de alguns políticos, que não costumam pisar ali e muito menos nos outros locais da Casa. E é, por aí, que o justo acaba pagando pelo pecador, até porque o não-pagamento de jetons aos que não estão no plenário jamais distinguiu se o parlamentar está tranqüilo em seu Estado ou trabalhando numa comissão, discutindo com sua bancada, recebendo um eleitor...